

**Tabela III - Estimativa De Limites De Gastos Com Pessoal Do Poder Executivo E Legislativo**

PODER EXECUTIVO	2026	2027	2028	2029
Limite Máximo Legal - 54% da RCL (alínea "b" do inciso III do artigo 20 da LRF)	25.445.355,87	27.129.627,20	28.439.865,40	29.571.737,29
Limite Prudencial - 51,30% da RCL (parágrafo único do artigo 22 da LRF)	24.173.088,08	25.773.145,84	27.017.872,13	28.093.150,43
Limite de Alerta - 48,60% da RCL (inciso II do § 1º do artigo 59 da LRF)	22.900.820,28	24.416.664,48	25.595.878,86	26.614.563,56

PODER LEGISLATIVO	2026	2027	2028	2029
Limite Máximo Legal - 6% da RCL (alínea "b" do inciso III do artigo 20 da LRF)	2.827.261,76	3.014.403,02	3.159.985,04	3.285.748,59
Limite Prudencial - 5,70% da RCL (parágrafo único do artigo 22 da LRF)	2.685.898,68	2.863.682,87	3.001.985,79	3.121.461,16
Limite de Alerta - 5,40% da RCL (inciso II do § 1º do artigo 59 da LRF)	2.544.535,59	2.712.962,72	2.843.986,54	2.957.173,73

O objetivo do demonstrativo é evidenciar, com base na Receita Corrente Líquida prevista, os limites Lega, Prudencial e de Alerta para as Despesas com Pessoal do Poder Executivo e Legislativo.

a) quando as despesas com pessoal superarem, respectivamente, 48,60% e 5,40% da RCL no Poder Executivo e Legislativo, caberá a emissão do alerta de que trata o inciso II do § 1º do artigo 59;

b) o limite prudencial corresponde a 51,30% e 5,70% da RCL, respectivamente no Executivo e Legislativo. Quando superado, e de acordo com o estipulado no parágrafo único do artigo 22 c/c alínea "a" do inciso III do artigo 20, ambos da LRF, e coloca o respectivo poder ao alcance das seguintes vedações:

I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do artigo 37 da Constituição;

II - criação de cargo, emprego ou função;

III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV - provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;

V - contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do artigo 57 da Constituição e as situações previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

c) Já quando superado o limite legal, de 6% no Legislativo e de 54% no caso do Executivo, além das vedações previstas no parágrafo único do art. 22 da LRF, o Poder que houver incidido no excesso deverá adotar providências para a eliminação do percentual excedente no prazo e condições estabelecidas nos §§ 1º e 2º e do caput do artigo 23, e o Município sujeito às restrições dos §§ 3º e 4º do mesmo artigo, todos da LRF.

FÁBIO SILMAR MÂNICA
CONTADOR

NOELI DE OLIVEIRA PEREIRA
SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA

MALBERK ANTOINE KUNST DULLIUS
PREFEITO MUNICIPAL